

Pagamento por Serviços Ambientais

Fevereiro 2013



PREMISSAS

Os imóveis rurais têm características diferentes:

- diferentes percentuais de APP
- diferentes potenciais de produção agropecuária e de geração de serviços ecossistêmicos

O custo da conservação não é igual para todas as áreas:

- simples abandono é suficiente em algumas situações
- Cerca + aceiro + restauração ao custo de até R\$30.000,00/ha

O retorno econômico da adequação ambiental também não é igual para todos (tese Paulo Toledo – IEA/SAA)

- Positivo (ganho de produtividade, redução de perdas de solo, etc)
- Negativo (gera externalidades positivas)



Potencial de produção de propriedades rurais

100



100





**Os instrumentos de comando e controle são necessários,
mas não são suficientes:**

- **coíbem o desmatamento e as atividades que impedem a regeneração natural**

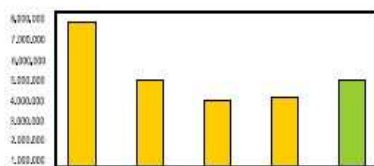
mas,

- **têm tido pouco êxito na promoção da restauração da vegetação**

Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São Paulo

DÉCADA DE TRANSFORMAÇÕES

De 1990 a 2001 houve uma recuperação da Mata Atlântica, e São Paulo possuía 13,9% de seu território com vegetação nativa. Em 2009, o uso de novas tecnologias e imagens de satélite mais detalhadas permitiram mapear um número maior de fragmentos de vegetação, mostrando que hoje, temos 17,5% de cobertura vegetal nativa.



Fonte: Instituto Florestal

- * 1:50.000 (LANDSAT, CBERS)
- ** 1:25.000 (ALOS)

O novo Verde em São Paulo

O novo mapa da vegetação nativa paulista, realizado pelo Instituto Florestal, utilizando imagens de satélite de alta resolução, mostra uma situação melhor que a apontada no mapeamento anterior de 2000-2001. Neste período já havia sido registrado um aumento da vegetação e uma tendência de diminuição do desmatamento. No mapeamento atual, realizado com maior detalhe, registrou-se que a área de vegetação nativa no estado é maior do que pensávamos. Foram registrados cerca de trezentos mil fragmentos de vegetação, o triplo do mapeamento anterior, que ocupam 17,5% do território paulista.

Legenda IBGE (incluindo formações secundárias)

- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Mista
- Floresta Estacional Semidecidual
- Savana
- Formação Arbórea / Arbustiva em Região de Várzea
- Formação Arbórea / Arbustiva-Herbácea de Terrenos Marinhos Lodosos
- Formação Pioneira Arbustiva-Herbácea sobre Sedimentos Marinhos Recentes
- Represa
- Curso d'água
- Área Urbana
- Unidade de Conservação
- Bacia Hidrográfica

TIPOS BÁSICOS DE VEGETAÇÃO



Floresta Ombrófila Densa
Áreas de Mata Atlântica encontradas ao longo do litoral, com temperaturas elevadas e chuvas intensas e bem distribuídas durante o ano.



Floresta Ombrófila Mista
Transição gradual da mata de decídua, ocorre em regiões montanhosas, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano e período seco inferior a 60 dias.



Floresta Estacional Semidecidual
Áreas de Mata Atlântica de interior paulista, com uma estação seca e muita chuva. No período seco (de 6 a 9 meses), 20 a 50% das árvores perdem as folhas.



Savana (Cerrado)
Vegetação de clima seco e solos pobres e ácidos. Apresenta-se nas formas: savana litorânea (campo limpo seco), floresta (cerrado), arbustiva (campo cerrado) e gramíneo-litorânea (campo).



Mangue
Vegetação encontrada em áreas em que as águas do mar e do rio se misturam, adaptada à salinidade elevada e ao solo litorâneo.

Realização

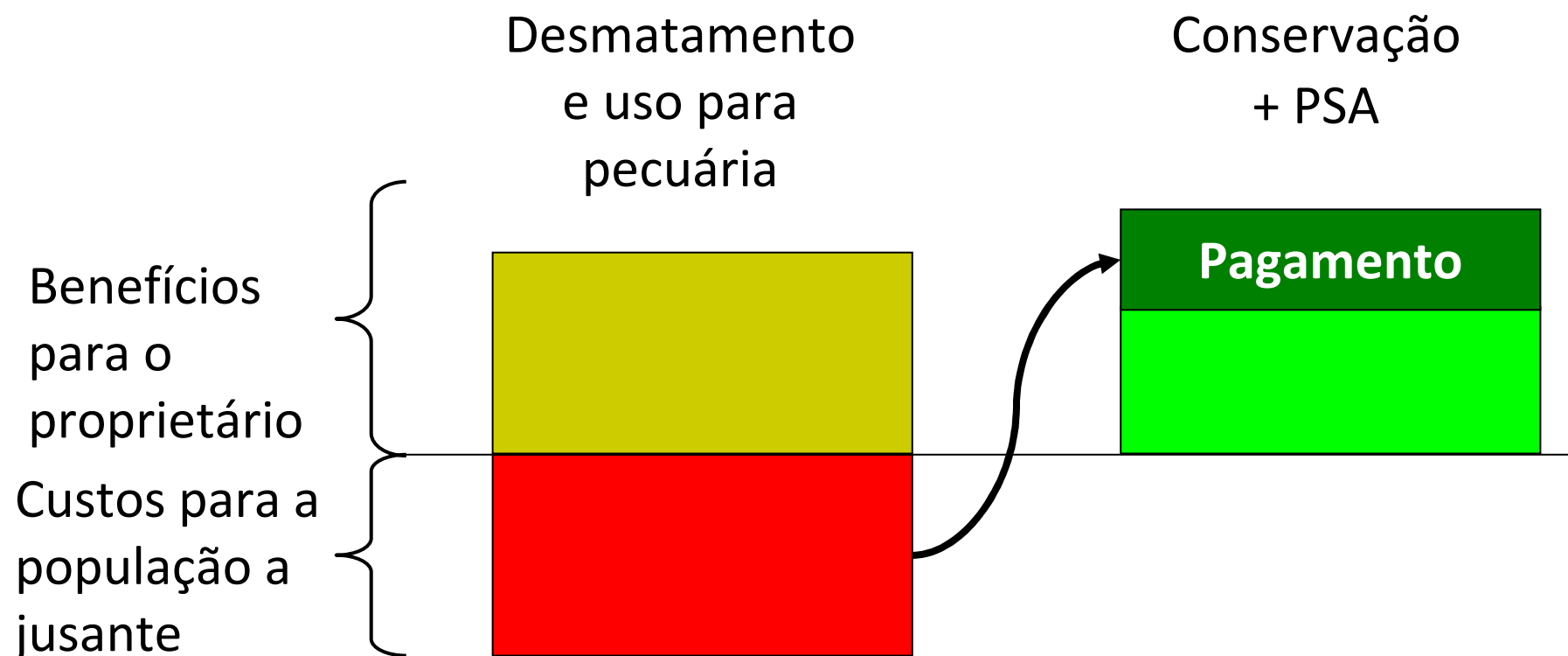


SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE





A Lógica do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)





Serviços Ecossistêmicos:

| <u>Provisão</u> | <u>Regulação</u> | <u>Cultura</u> |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">– comida– água– madeira e fibras– combustíveis– ... | <ul style="list-style-type: none">– clima– enchentes– doenças– purificação da água– ... | <ul style="list-style-type: none">– estético– espiritual– educacional– recreacional– ... |
| <u>Suporte</u> | | |
| <ul style="list-style-type: none">• ciclagem de nutrientes• produção primária• formação de solos• ... | | |
| BIODIVERSIDADE | | |

Traduzido de *Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis*. 2002.
Millenium Ecosystem Assessment - report



Principais conceitos adotados em SP

Serviços ecossistêmicos:

“Benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”

Serviços ambientais:

“Serviços ecossistêmicos que têm impactos positivos além da área onde são gerados”

Pagamento por serviços ambientais:

“Transação voluntária por meio da qual uma atividade desenvolvida por um provedor de serviços ambientais, que conserve ou recupere um serviço ambiental previamente definido, é remunerada por um pagador de serviços ambientais, mediante a comprovação do atendimento das disposições previamente contratadas nos termos deste decreto”



Conceitos - PSA

WUNDER (2005):

PSA é uma transação voluntária na qual um serviço ambiental claramente definido é comprado por pelo menos um comprador de pelo menos um provedor se, e apenas se, o provedor garantir a provisão do serviço. (5 condições essenciais do PSA)

PAGIOLA E PLATAIS (2007):

Acrescentaram à definição de Wunder a condição de que os serviços alvo forneçam benefícios indiretos (externalidades positivas)

MURADIAN (2010):

PSA é a transferência de recursos entre grupos visando criar um incentivo para alinhar as decisões de uso da terra com a obtenção de benefícios sociais mais amplos, através da gestão dos recursos naturais com o objetivo de fornecer um serviço ecossistêmico.



***“Se todo mundo quer ouvir o canto do
passarinho, têm que nos ajudar com a
conta do alpiste”***

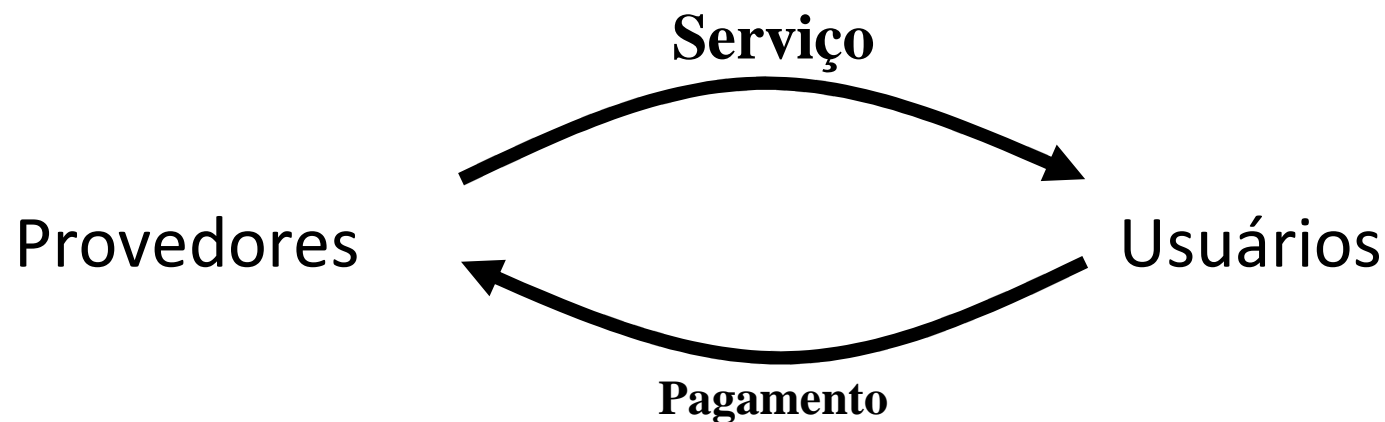
José Augusto Baldassari
produtor rural de Franca/SP



Definição de PSA

Um mecanismo para melhorar a produção de serviços indiretos (que geram externalidades) no qual:

- Os usuários de serviços pagam por eles
- Os provedores de serviços ambientais são compensados por provê-los
- Os pagamentos são voluntários
- Os pagamentos são condicionais





Atrativos do PSA

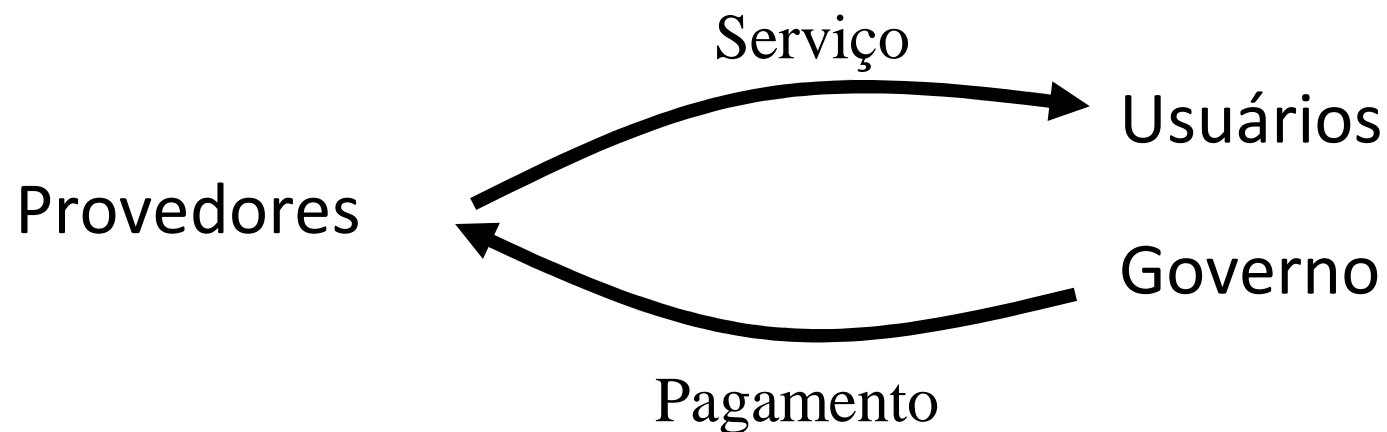
- Gera seus próprios recursos: gera recursos adicionais para conservação
- Eficiente: Conserva o que vale a pena conservar (benefícios > custos)
- Sustentável: Baseado em interesses comuns dos participantes
- Para que funcione, é necessário:
 - Que os usuários dos serviços paguem
 - Que a participação seja voluntária
 - Que os beneficiários recebam os serviços (é imprescindível entender as relações científicas)
 - Adaptar os mecanismos às situações locais



Caso especial: PSA financiado pelo governo

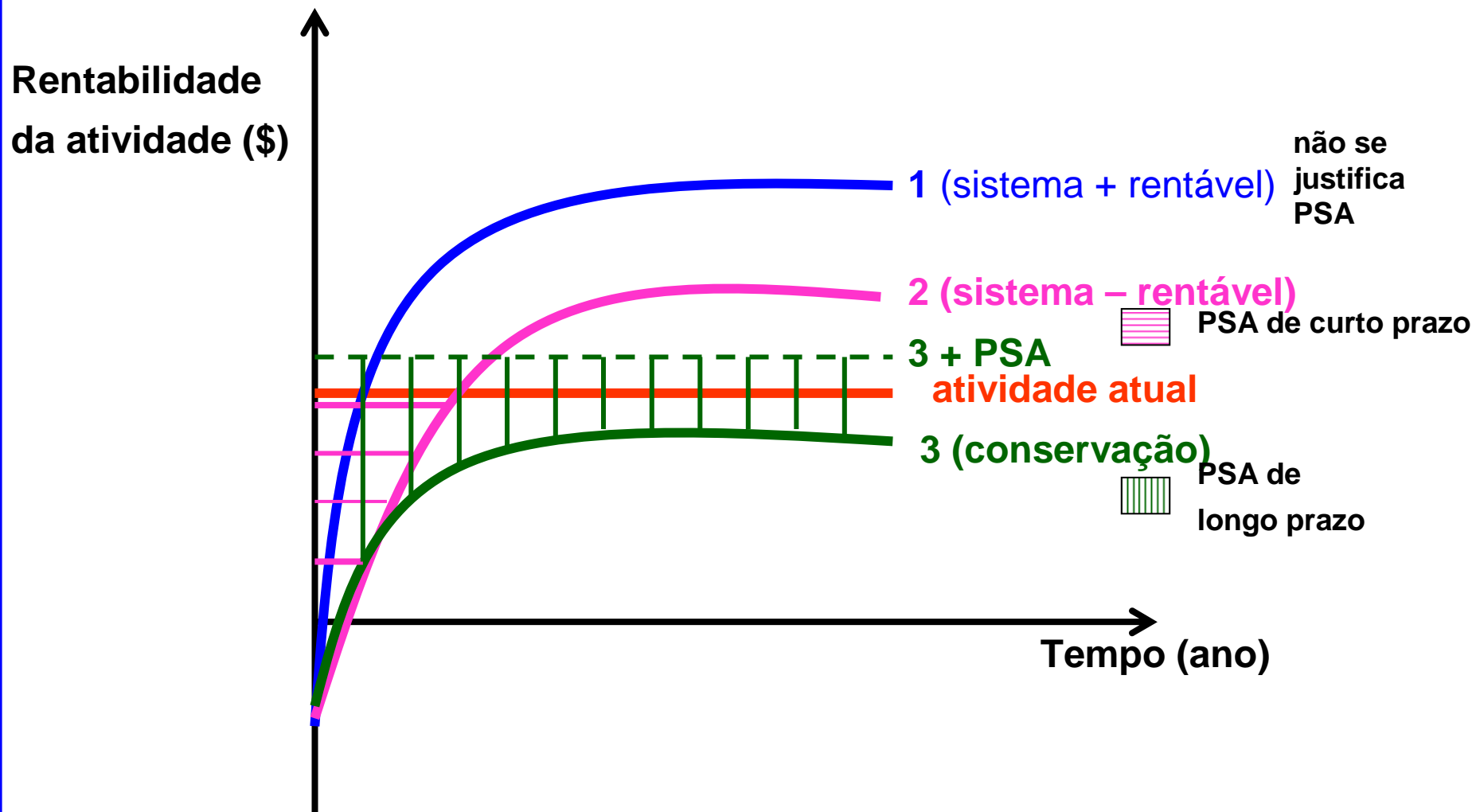
Um mecanismo para melhorar a produção de serviços indiretos no qual:

- O governo paga pelos serviços
- Os provedores de serviços ambientais são compensados por provê-los
- Os pagamentos aos provedores são condicionais





Em que casos e como o PSA pode ser uma boa opção?





Evolução do PSA na América Latina

- **Colômbia – Vale do Rio Cauca: Meados da década de 90 (não chamado de PSA)**
- **Costa Rica - Programa de Pagos por Servicios Ambientales: 1997 (imposto gasolina, taxa de água, recursos internacionais)**
- **Até 2.009: mais de 150 programas de PSA e similares na América Latina**
- **Programas nacionais financiados pelos governos: México, Costa Rica e Equador**
- **Programas locais financiados pelos usuários na maioria dos países (água e energia elétrica)**
- **Projetos de carbono em menor número (MDL e mercados voluntários)**



Experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil

Stefano Pagiola, Helena Carrascosa von Glehn e Denise Taffarello
Organizadores

I. Projetos de serviços locais de água

1. Conservador das Águas – Extrema
2. Ecocrédito – Montes Claros
3. Projeto Oásis - São Paulo e Apucarana
4. Produtores de Água e Floresta – Guandu
5. Programa Manancial Vivo – Campo Grande
6. Produtor de Água na bacia hidrográfica do PCJ
7. Produtor de Água do Rio Camboriú
8. Projeto Florestas para Vida – Vitória
9. Produtor de Água de Guaratinguetá

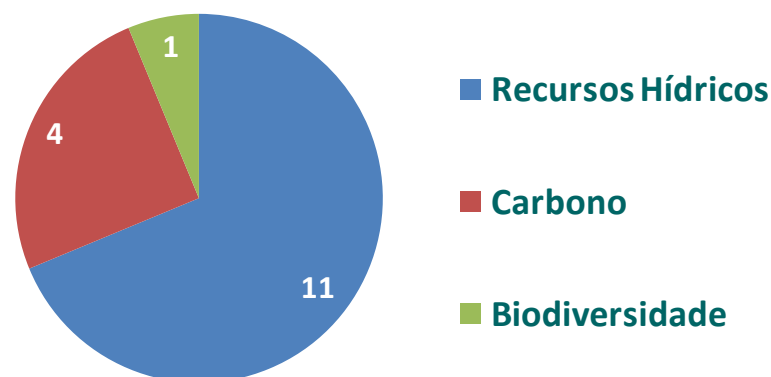
II. Projetos de seqüestro de carbono

10. Programa Carbono Seguro
11. Corredor Ecológico Monte Pascoal–Pau Brasil
12. Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Noroeste do Mato Grosso
13. Sistemas de Créditos de Conservação - Corredores Ecológicos Chapecó e Timbó

III. Programas nacionais e estaduais

14. Produtor de Água
15. Bolsa Floresta – Amazonas
16. ProdutorES de Água – Espírito Santo
17. Programa Bolsa Verde – Minas Gerais
18. PSA/Mina d'Água – São Paulo

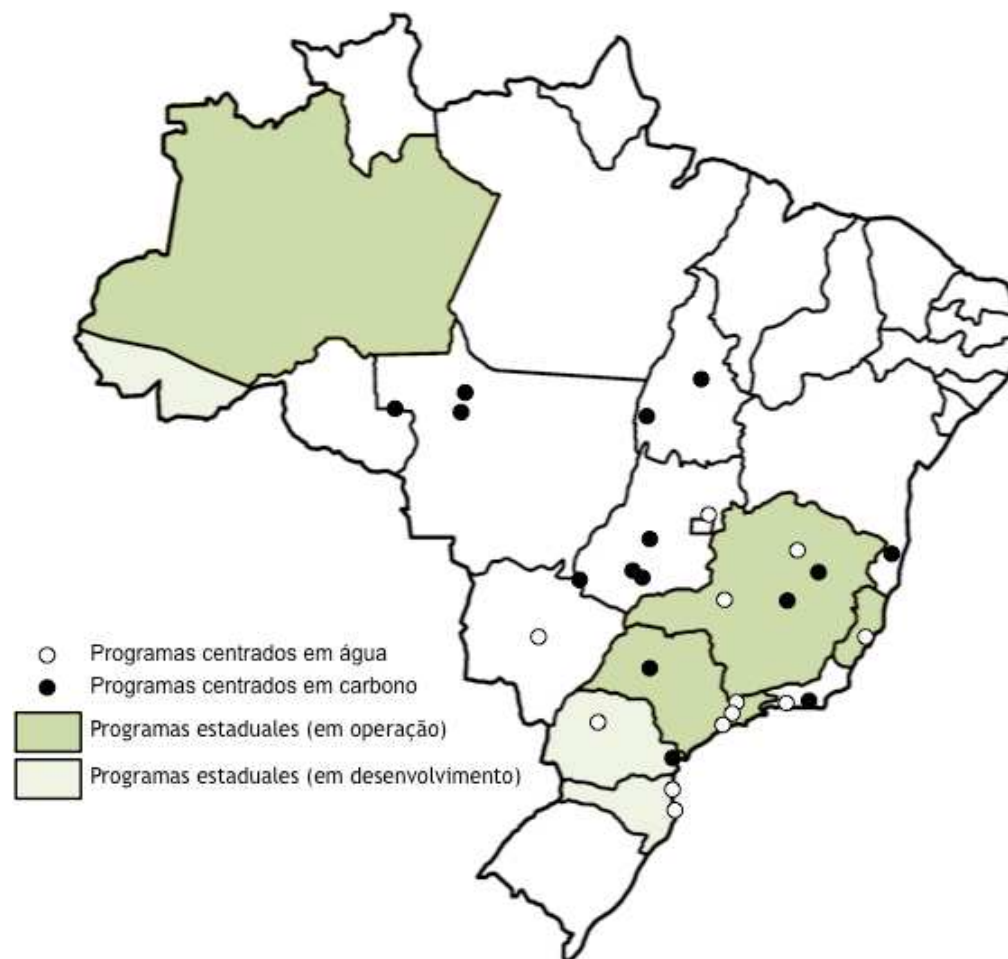
Número de projetos





Experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil

Stefano Pagiola, Helena Carrascosa von Glehn e Denise Taffarello
Organizadores





Experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil

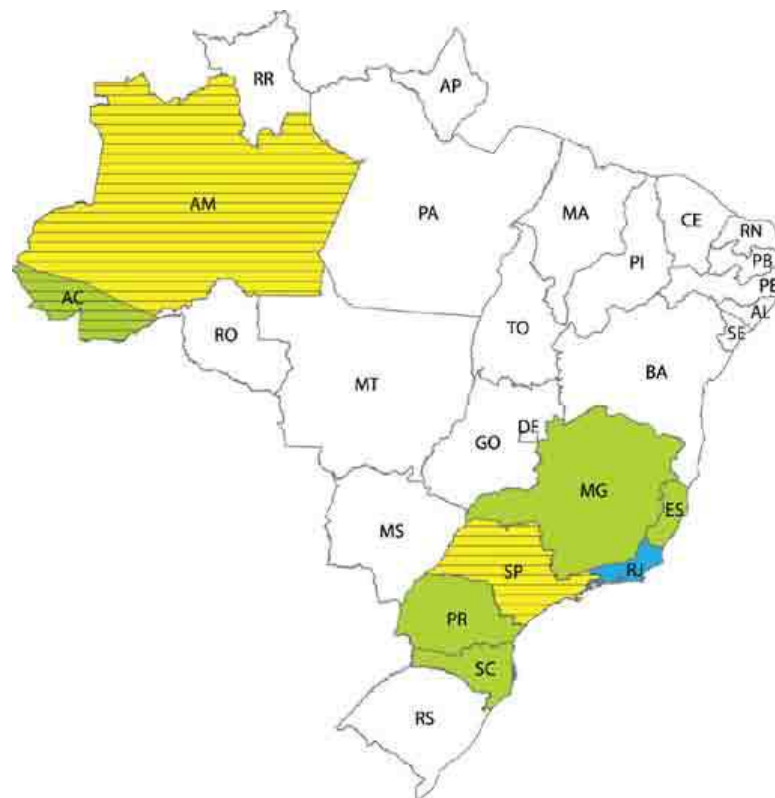
Stefano Pagiola, Helena Carrascosa von Glehn e Denise Taffarello
Organizadores

BREVE HISTÓRICO:





- **Primeiros projetos: sequestro de carbono com financiamento externo**
 - Projeto Plantar em MG (Prototype Carbon Fund, Banco Mundial),
 - Projeto ProNatura em MT (Peugeot),
 - Projeto Ação Contra o Aquecimento Global em Guaraqueçaba no PR (American Electric Power/TNC)
- **Projetos municipais pioneiros de Extrema e Montes Claros (MG): 2006**
- **Outros municípios: Apucarana (PR), Rio Claro (RJ), Campo Grande (MS), Camburiú (SC), Vitória (ES), Guaratinguetá (SP)**
- **Apoio a projetos municipais pela ANA e ONG (Projeto Oásis – Fundação Boticário, TNC)**
- **Programas estaduais:**
 - Bolsa Floresta do AM: 2007/2008
 - ProdutorES de Água do ES: 2008/2009
 - Bolsa Verde de MG: 2010
 - PSA como instrumento do Programa de Remanescentes Florestais (PEMC) de SP: 2010 (Mina d'Água)



Marco Regulatório sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil Imazon / FGVCes, 2012



Legenda

-  Possui Lei de PSA
-  Possui Lei de Clima que institui PSA
-  Possui Lei de Recursos Hídricos que institui PSA
-  As leis mapeadas mencionam atividades de REDD+

Estados que possuem leis que instituem PSA



Questões mais discutidas:

- **PSA x comando e controle:**
 - **Inclusão de áreas sob proteção legal (APP, Reserva Legal e RPPN) em projetos de PSA**
 - Isto significaria pagar para que a lei seja cumprida?
 - Isto traria a obrigação de incluir todos os que cumprem a lei nos projetos de PSA?
 - Não existe PSA passivo
 - **Adequação ambiental e função social da propriedade:**
 - alguém doa a produção que é necessária para atingir os índices de produtividade previstos em lei para comprovar a função social da propriedade?



Atenção:

- **Excluir as APP eliminaria a possibilidade de incentivar a conservação e restauração das áreas mais importantes para a geração de serviços ambientais!**
- **O PSA pode apoiar o cumprimento da lei**
- **Princípios do usuário-pagador e provedor recebedor**



- **Qual a natureza do PSA?**
 - **Compensação por perda de receitas (custo de oportunidade)?**
 - **Retribuição pelas externalidades positivas?**
 - **Premiação para quem conservou, reconhecimento social?**
- **Que tributos e encargos devem incidir sobre os pagamentos? (PL FEDERAL)**
- **PSA: instrumento de mercado ou de redução da pobreza**
 - **Programa ambiental com critérios sociais ou programa social com critérios ambientais? (eficiência + equidade)**
- **PSA em sistemas produtivos sustentáveis**
 - **evitar contrapor conservação e produção**



PSA em São Paulo



Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 13.798, de 9 de novembro de 2009)

SEÇÃO XVI - Dos Instrumentos Econômicos

- **Artigo 23** - O Poder Executivo instituirá, mediante decreto, o **Programa de Remanescentes Florestais**, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, com o objetivo de fomentar a delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliar e outros tipos de fragmentos florestais, podendo prever, para consecução de suas finalidades, o **pagamento por serviços ambientais aos proprietários rurais conservacionistas**, bem como incentivos econômicos a políticas voluntárias de redução de desmatamento e proteção ambiental.



Programa Estadual de Remanescentes Florestais

CLIMA
+
BIODIVERSIDADE
+
ÁGUA



Pagamento por Serviços Ambientais: um dos instrumentos do PRF

Decreto 55.947/2010 – definições, diretrizes, condições e requisitos gerais para projetos de PSA;

Lei 14.350/2011: altera o FECOP para possibilitar pagamentos não reembolsáveis a proprietários rurais.

Resoluções SMA definem os projetos de PSA

- Projetos adaptados às características ambientais e sócio-econômicas das diferentes regiões;
- Permite abordagem regional e/ou temática (água, CO₂, biodiversidade, bacia hidrográfica, APA, RPPN, etc).



Programa de Remanescentes Florestais

PSA - Ações contempladas

Conservação de remanescentes florestais

Recuperação de matas ciliares e nascentes

Plantio de mudas de espécies nativas e/ou execução de práticas que favoreçam a **regeneração natural** para a formação de corredores de biodiversidade

Reflorestamentos com espécies nativas ou com espécies nativas consorciadas com espécies exóticas para **exploração sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros**



Programa de Remanescentes Florestais PSA - Ações contempladas

Implantação de **sistemas agroflorestais** e silvo-pastoris
(mínimo 50 indivíduos arbóreos / ha – sp nativas)

Implantação de florestas comerciais em áreas contíguas
aos remanescentes de vegetação nativa para a
minimização de **efeito de borda**

Manejo de remanescentes florestais para controle de
espécies competidoras, especialmente espécies
exóticas invasoras



Áreas PSA

Áreas prioritárias para o **incremento da conectividade** entre remanescentes de vegetação nativa

Áreas situadas a montante de **mananciais de abastecimento público**

Áreas indicadas como prioritárias para proteção ou recuperação em **Plano de Bacia Hidrográfica** ou **Plano Diretor de Reflorestamento da Bacia**

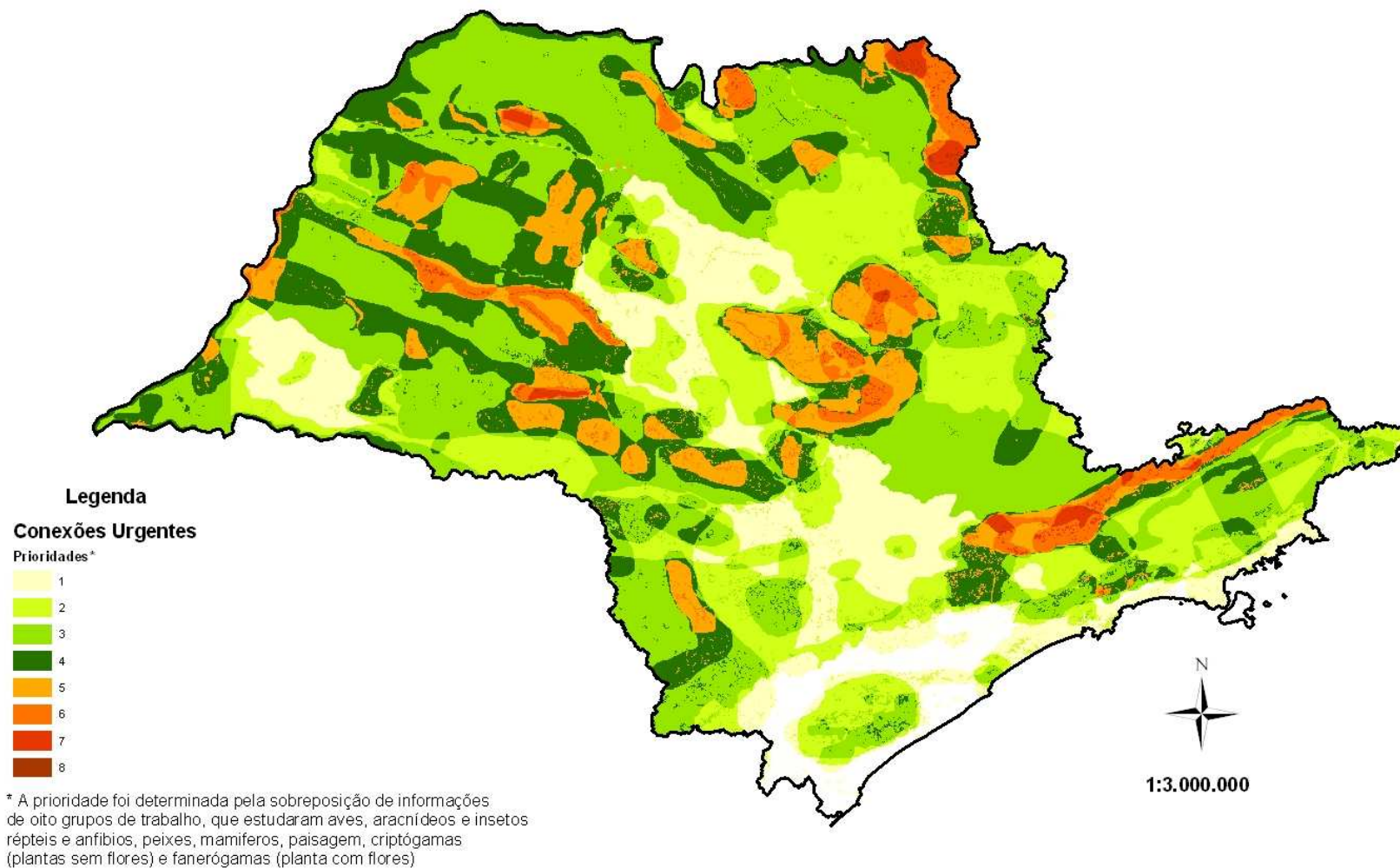
Áreas destinadas à conservação ambiental em planos diretores, leis de uso do solo ou planos municipais

Áreas com maior **potencial para o seqüestro de carbono**



PROJETO BIOTA/FAPESP – Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade

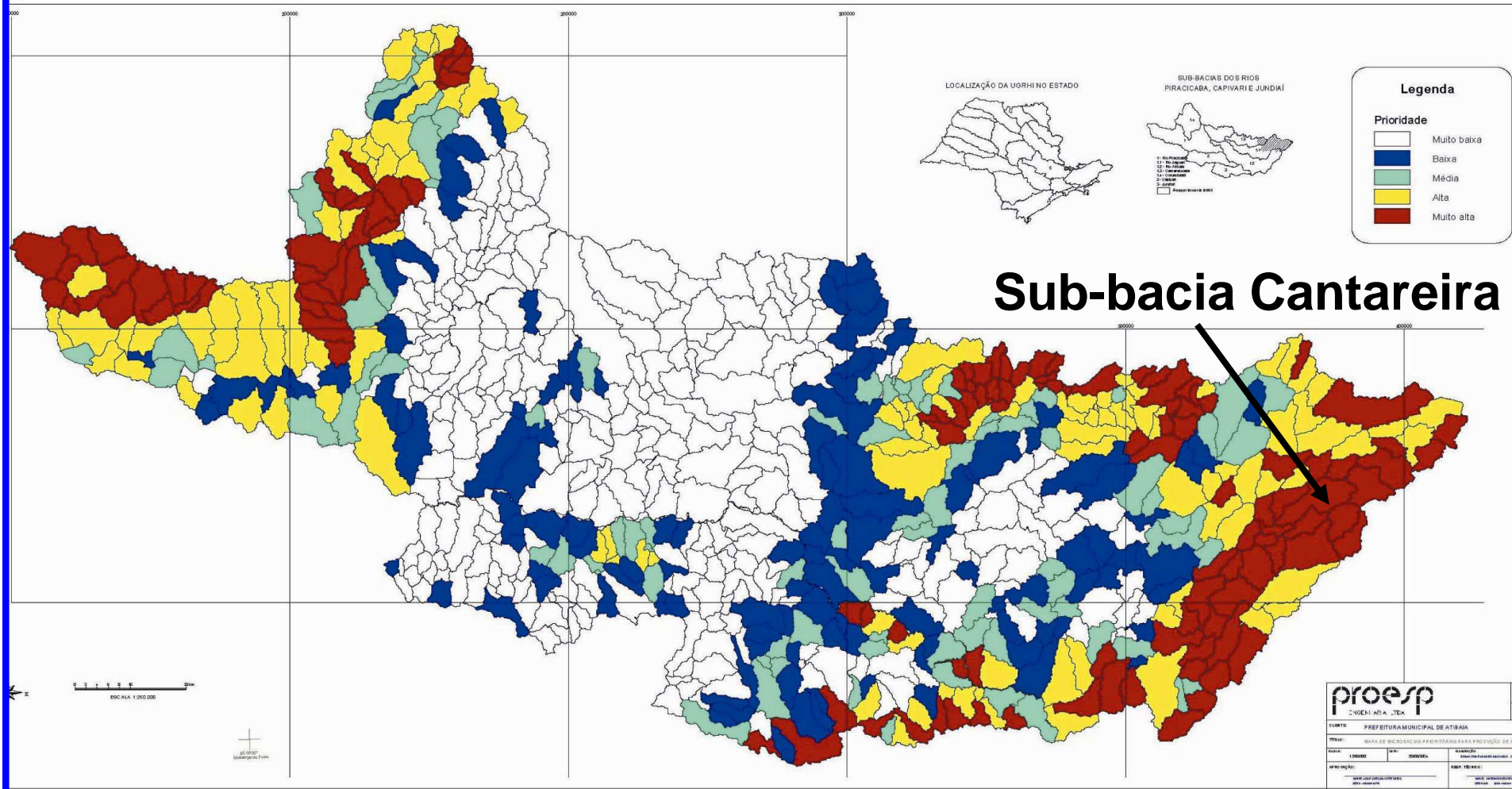
MAPA DE CONECTIVIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO



SMA/CPRN/GTI



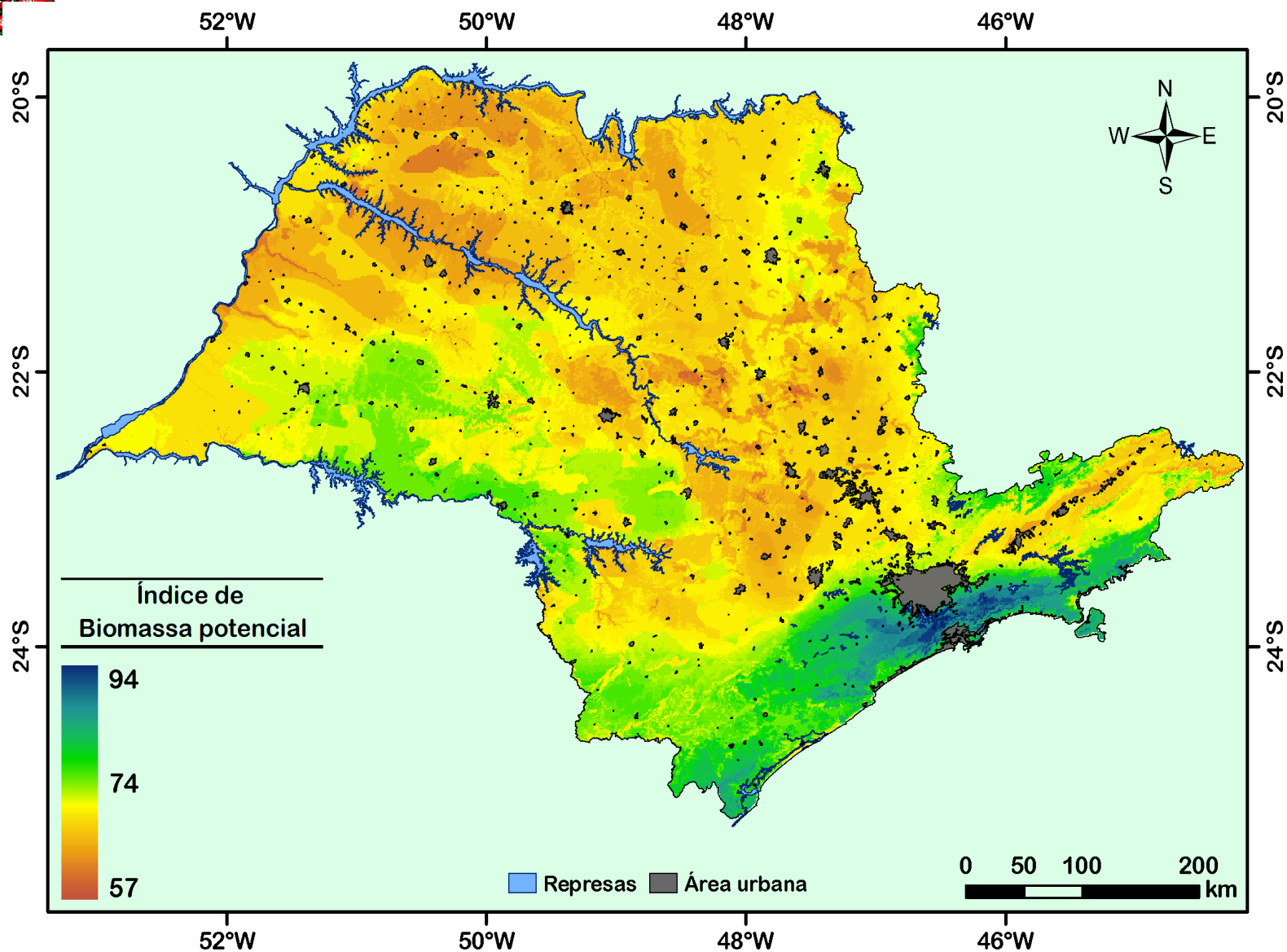
Microbacias prioritárias no PCJ





ORIENTAÇÃO PARA PROJETOS DE CARBONO

ÍNDICE DE BIOMASSA POTENCIAL





Pagamentos

Operações financeiras pelo FECOP

Valores proporcionais aos serviços prestados,
considerando custo de oportunidade e extensão da
área

Limites: 100 UFESP/ha.ano (~R\$1.600,00)
 5.000 UFESP/participante.ano
 (~R\$80.000,00)



- **O valor do pagamento reflete o custo da manutenção dos serviços e não o seu valor**
- **São questões diferentes:**
 - **Quanto vale o canto do passarinho?**
 - **Quanto custa o alpiste?**
- **A valoração dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade não define o valor a pagar aos provedores, deve definir prioridades**

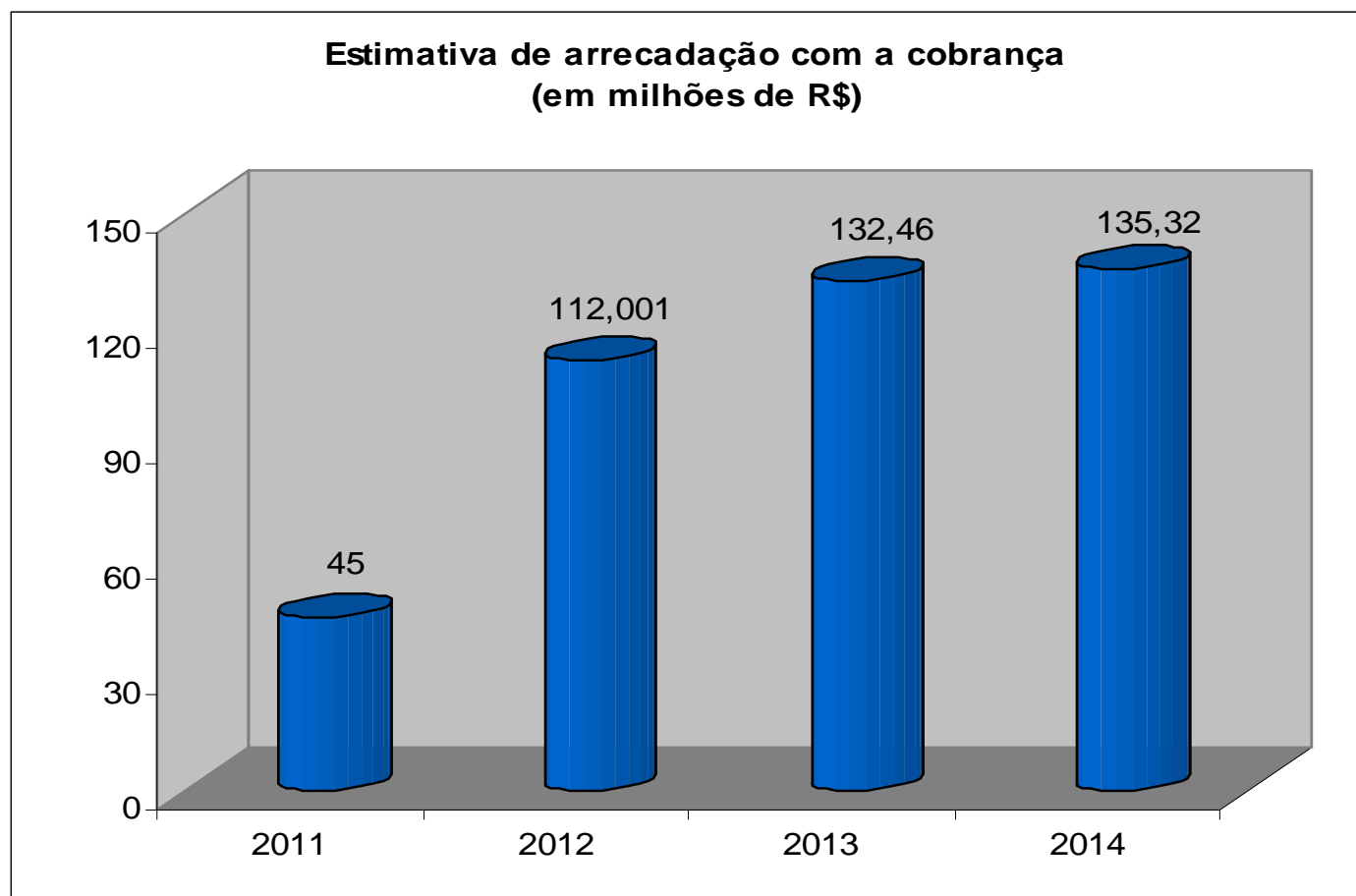


PSA - Recursos Financeiros

- **Orçamento do Estado;**
- **Transferências da União (PL Federal prevê Fundo);**
- **Doações (com ou sem destinação específica) e cooperação internacional;**
- **Conversão de multas por infrações ambientais;**
- **Remuneração por sequestro de Carbono no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais (PEMC meta de redução)**
- **Recursos do FEHIDRO e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos dos CBHs.**



Projeção do montante a ser arrecadado pela cobrança pelo uso de água de domínio do Estado de SP (em milhões de reais/ano)





Implementação de projetos

- **Diretamente pelo Estado**
- **Convênio com Prefeituras**
 - O Estado repassa recursos para a Prefeitura
 - Os contratos com os provedores e os pagamentos são feitos pelas prefeituras
 - Planejamento e monitoramento em conjunto Estado e prefeituras



PSA - Implementação por convênios com prefeituras

Vantagens:

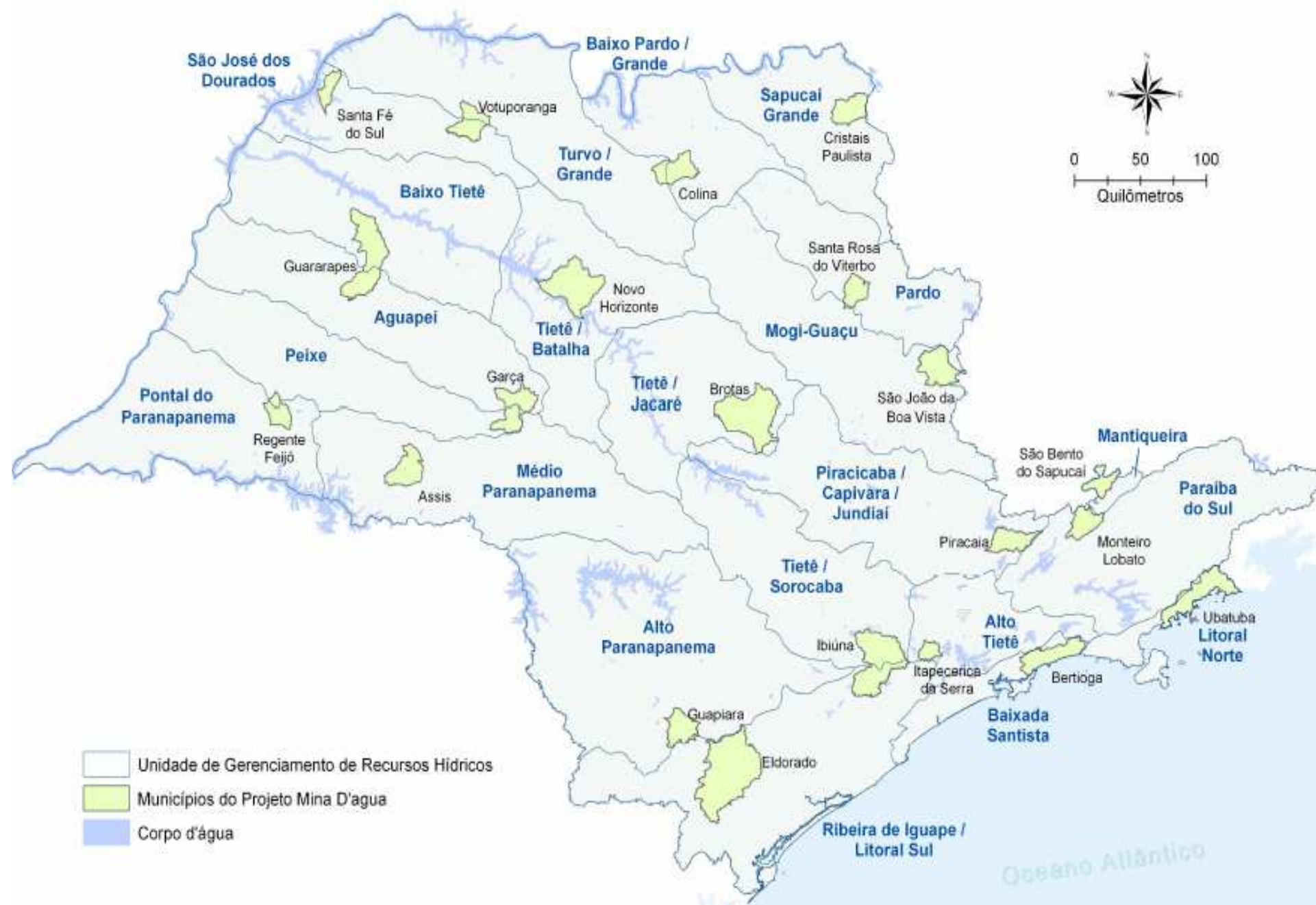
- **Incorporação das especificidades locais mantendo regras gerais para todo o Estado;**
- **Ampliação da capacidade operacional;**
- **Redução dos custos de planejamento e monitoramento;**
- **Continuidade do projeto em mudanças de governos alternadas**



Projeto Mina D'água

- Primeiro projeto de PSA no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais – PEMC, instituído pela Resolução SMA 123/2010
- Objetivo: *conservação e recuperação de vegetação protetora de nascentes em mananciais de abastecimento público*
- Metodologia de implantação: *Parceria com prefeituras*
- Fase piloto (início 2010):
 - *21 municípios (1 por UGRHI) – objetivo aferir metodologias e estratégias de implementação (em andamento)*
 - *150 nascentes/município, até 4 por participante*
- Recursos: *FECOP (R\$3,5 milhões para 5 anos – orc. 2010)*
- Avaliação de impactos (apoio BIRD)

Municípios do Projeto Mina D'água 2010





Projeto Mina d'Água

Avaliação de Impacto

Objetivo: Construir conhecimento para apoiar o desenho de futuros projetos de PSA

| QUESTÕES | INDICADORES | MÉTODOS |
|---|---|--|
| O PSA incentiva o produtor a proteger os corpos de água por meio de mudanças no uso da terra? | Mudanças no uso da terra entre o início e o fim do projeto | Análise de imagens de satélite, informações de campo e questionários |
| O PSA induz a uma mudança na percepção ambiental do produtor? | Mudanças na percepção ambiental dos participantes no início e no fim do projeto | Questionários aplicados no início e no fim do projeto |



Projeto PSA - RPPN

Instituído pela Resolução SMA 37/2012

Objetivos:

- **melhorar a gestão das RPPN existentes**
- **incentivar a criação de novas RPPN**

Pagamentos:

- **Valor considera importância para a conservação da biodiversidade e ameaças (de US\$100 a 150/ha.ano)**
- **Condiciona à execução do Plano de Ação da RPPN**

Implementado pela Fundação Florestal

- **Primeiro edital previsto para início de 2013**
- **Previsão atender 42 RPPN (R\$4 milhões/5 anos)**



Projeto GEF Mata Atlântica

Parceria MCTI, SP, RJ, MG e BID

Em fase final de preparação, com previsão de aprovação e início de execução em 2013

Abrangência: Bacia do Paraíba do Sul

Inovações previstas nos esquemas de PSA:

- **Seleção de provedores por leilão reverso (para a modalidade de conservação de remanescentes) – maior eficiência**
- **Incentivo à conversão de pastagem degradada para sistemas produtivos mais sustentáveis (sistema silvipastoril, florestas nativas para proteção e produção, etc.)**
- **Associar o PSA a financiamentos reembolsáveis (Pronaf, ABC, etc.)**



FINANCIAMENTO AGROAMBIENTAL NO BRASIL: Subsídio
para o Desenvolvimento de Políticas de Crédito de Apoio
à Regularização Ambiental de Propriedades Rurais
(Instituto Sócio Ambiental, 2011)

Levantamento de linhas de crédito para adequação
ambiental e para a adoção de tecnologias sustentáveis.

Linhas de financiamento agroambiental disponíveis a produtores rurais na safra 2010/2011

| LINHAS DE CRÉDITO | FINALIDADE (RESUMO) | LIMITES | PRAZO | CARÊNCIA | ENCARGOS |
|-----------------------------|--|--|-------------|--------------|-------------------------|
| PRODUSA | Implantação de tecnologias de baixo impacto, recuperação de áreas degradadas | R\$ 400 mil, mais 15% em propriedades com APP e RL | Até 12 anos | Até 6 anos | De 5,75% até 6,75% a.a. |
| PROPFLOA | Implantação ou recomposição florestal, inclusive para fins industriais ou produção de biocombustíveis | R\$ 300 mil | Até 12 anos | Até 8 anos | 6,75% a.a. |
| BNDES FLORESTAL | Pessoa Jurídica – florestamento e reflorestamento, inclusive para fins energéticos | Sem limite máximo | Até 15 anos | variável | variável |
| BNDES COMPENSAÇÃO FLORESTAL | Pessoa Jurídica – compensação de passivo ambiental | Sem limite máximo | Até 15 anos | Até 12 meses | variável |
| PRONAF FLORESTAL | Investimentos para Sistemas Agroflorestais, exploração extrativista, recomposição e manutenção de APP e RL | R\$ 20 mil | Até 20 anos | Até 12 anos | 1% a.a. |
| PRONAF ECO | Implantar ou recuperar tecnologias sustentáveis de produção | R\$ 65 mil | Até 16 anos | Até 8 anos | De 1% a 4% a.a. |
| PROGRAMA ABC | Implantação de tecnologias que reduzam a emissão de gases de efeito estufa | R\$ 1 milhão | Até 12 anos | — | 5,5% a.a. |

Linhas de financiamento agroambiental disponíveis a produtores rurais na safra 2010/2011

| LINHAS DE CRÉDITO | FINALIDADE (RESUMO) | LIMITES | PRAZO | CARÊNCIA | ENCARGOS |
|---------------------------------|--|--------------------------|-------------|-------------|---------------------|
| FNE VERDE | Práticas sustentáveis de produção e extrativismo | Até 100% do projeto | Até 20 anos | Até 8 anos | De 5% a 8,5% a.a. |
| FNE PRO-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL | Financiar projetos produtivos de reflorestamento, sistemas agroflorestais e demais atividades destinadas à recuperação e regularização de RL e de APP degradadas | Até 100% do projeto | Até 20 anos | Até 12 anos | 4% a.a. |
| FCO PRO NATUREZA | Recuperação de áreas degradadas, implantação de tecnologias de baixo impacto, implantação ou recuperação de APP ou RL | R\$ 10 milhões | Até 20 anos | Até 12 anos | De 4% a 8,5% a.a. |
| FCO INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA | Sistemas de produções sustentáveis – Investimento e custeio associado | De 70% a 100% do projeto | Até 12 anos | Até 3 anos | De 5% a 8,5% a.a. |
| FNO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL | Investimentos para Sistemas Agroflorestais, exploração extrativista, recomposição e manutenção de APP e RL | Até 100% do projeto | Até 12 anos | Até 4 anos | De 6,75% a 10% a.a. |
| FNO BIODIVERSIDADE | Atividades sustentáveis e recuperação de áreas degradadas | Até 100% do projeto | Até 20 anos | Até 12 anos | De 4% a 8,5% a.a. |

Fonte: Adaptado do Guia de Financiamento Florestal, SBF/MMA (2010).



- Participação destas linhas no total do crédito agrícola para investimento:
2009/2010: 2,8%
2010/2011: 2,0%
- Desembolso de recursos programados pelo BNDES:
2009/2010: 32,1%
2010/2011: 13,3%
- O desembolso é pequeno e tem sido decrescente

Evolução dos desembolsos de programas de investimento no âmbito do Pronaf

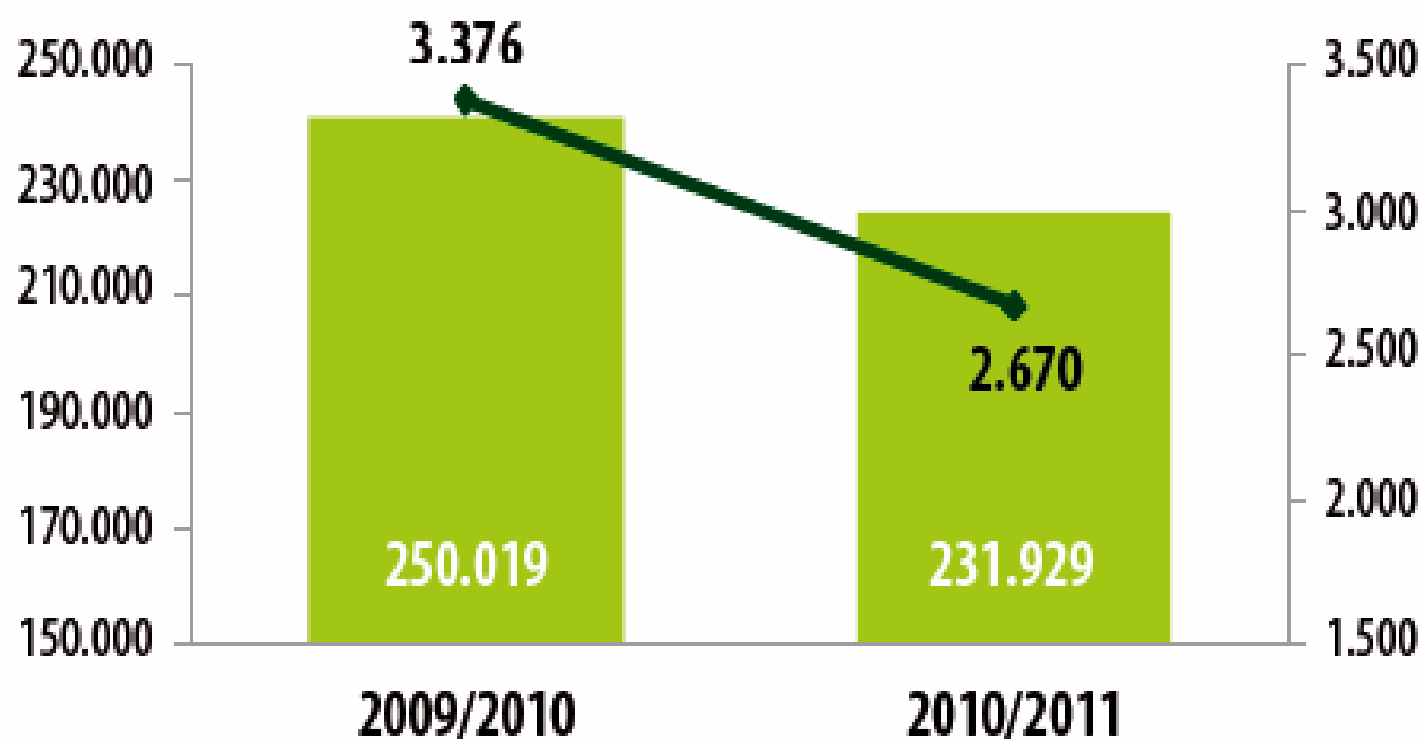
(em mil reais)

| PROGRAMAS | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 | 2007/2008 | 2008/2009 | 2009/2010 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|
| Pronaf Eco | – | – | – | 2.695 | 18.634 | 18.972 |
| Pronaf Floresta | 8.404 | 15.529 | 25.286 | 12.650 | 7.280 | 5.876 |
| Pronaf Agroecologia | – | 614 | 2.519 | 1.962 | 5.052 | 1.261 |
| Subtotal Programas Pronaf Agroambiental | 8.404 | 16.143 | 27.805 | 17.307 | 30.966 | 26.108 |
| Subtotal Pronaf outros investimentos | 6.123.197 | 7.595.786 | 8.528.823 | 9.747.313 | 11.587.283 | 11.955.878 |
| Total investimento Pronaf | 6.131.601 | 7.611.929 | 8.556.628 | 9.764.620 | 11.618.249 | 11.981.986 |

Fonte: MDA/SAF

Desempenho dos recursos aplicados em linhas florestais pelo Banco do Brasil

- ◆ Número de contratos
- Valor dos contratos em mil R\$



Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios – Siagro.

Valores referentes às linhas: FCO-Pró-Natureza, Pronaf ECO, Produsa, Propflora, Pronaf Florestal e Programa ABC.



PSA – Perspectivas no Estado de SP

- **PDRS – Microbacias II – SAA/CATI e SMA/CBRN;**
- **Expansão das parcerias com prefeituras;**
- **Testar parcerias com OSCIPS;**
- **Projetos com escopo mais específico: bacias hidrográficas (alavancar recursos da cobrança), zonas de amortecimento de UC, seqüestro de carbono, biodiversidade, SAF, restauração, etc.;**
- **Leis e programas municipais de PSA**
- **Mercado de Ativos Ambientais (CRA, compensação RL);**



PL 792/2007 - Federal

- Política Nacional de PSA
 - Definições (SE, SA e PSA)
 - Estabelece objetivos e diretrizes gerais
 - Reconhece a importância dos serviços gerados em áreas protegidas
 - Cria Cadastro Nacional de PSA
 - Cria Órgão Colegiado (Poder Público, setor produtivo e sociedade civil)
 - Define natureza do pagamento e tributos incidentes
- Programa Federal de PSA
 - Fundo Federal de PSA (de natureza contábil)



Considerações sobre o PL Federal

- A Política Nacional não deve inviabilizar programas e projetos estaduais e municipais - flexibilidade
- A Política Nacional deveria prever serviços gerados em sistemas produtivos (SAF, SSP, conservação de solos)
- O Fundo previsto, de natureza contábil, não assegura recursos para contratos de longo prazo
- Pontos importantes:
 - prevê inclusão de áreas protegidas
 - define natureza dos pagamentos



Helena Carrascosa von Glehn
Assessoria Técnica do Gabinete
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Governo do Estado de São Paulo
hcarrascosa@sp.gov.br